

WhatsApp e Espaço de Autonomia: Etnografia digital sobre a mobilização de um grupo ativista ligado ao Movimento Brasil Livre e à Causa Antiprivilégio

WhatsApp and Autonomy Space: Digital ethnography on the mobilization of an activist group linked to the Movimento Brasil Livre and the Anti-Privilege Cause

GERALDO BITTENCOURT

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas
Instituto de Comunicação da NOVA — ICNOVA
geraldobittencourt@campus.fcsh.unl.pt

JORGE MARTINS ROSA

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas
Instituto de Comunicação da NOVA — ICNOVA
jmr@fcsh.unl.pt

Resumo

O presente artigo busca responder à pergunta “Ações de mobilização empreendidas majoritariamente em grupos ativistas de WhatsApp podem obter êxito em causas de reivindicação social?”. Para isso, efetuou-se entre os dias 27 de setembro e 16 de outubro de 2020, uma pesquisa no grupo de WhatsApp #EmendaAntiPrivilégio, o qual tinha

como objetivo empreender esforços entre os membros para colher assinatura para pautar um projeto na Câmara dos Deputados do Brasil que busca alterar a Reforma Administrativa e incluir também algumas carreiras de Estado consideradas privilegiadas. Nos 20 dias de coleta de dados, foi observada a obtenção de 48 assinaturas ao projeto, alcançando o montante total de 142 das 171 necessárias. O presente estudo é baseado fortemente nos apontamentos teóricos de Manuel Castells sobre movimentos sociais contemporâneos e redes de informação. Conclui-se com a pesquisa que é possível falar de manifestações que ocorram em todas as suas fases pela internet e entreguem resultados expressivos desta forma, contribuindo para uma interpretação mais alargada do conceito de Espaço de Autonomia do autor espanhol.

Palavras-chave

WhatsApp | movimentos sociais | espaço de autonomia | Manuel Castells | ciberativismo

Abstract

This article seeks to answer the question: “Can mobilization actions undertaken mainly in WhatsApp activist groups succeed in social claim causes?”. To this end, a survey was carried out, between September 27 and October 16, 2020, on the WhatsApp group #EmendaAntiPrivilégio, which aimed to make efforts among members to collect a signature to guide a project in the Chamber of Deputies of Brazil that seeks to change the Administrative Reform and include some careers of State considered privileged. In the 20 days of data collection, 48 project signatures were observed, raising the total amount to 142 of the 171 required. The present study is strongly based on Manuel Castells’ theoretical notes on contemporary social movements and information networks. It concludes with the research that it is possible to speak of manifestations that occur in all its phases through the internet and deliver expressive results in this way, contributing to a broader interpretation of the concept of Space of Autonomy by the Spanish scholar.

Keywords

WhatsApp | social movements | autonomy space | Manuel Castells | cyberactivism

Introdução

Nos últimos 20 anos, os trabalhos acadêmicos deram origem a pesquisas que procuraram analisar os movimentos sociais, sua efetividade e forma de organização, bem como a influência das novas tecnologias de comunicação nos processos reivindicatórios. Neste trabalho, especificamente, buscou-se analisar o grupo de WhatsApp intitulado #EmendaAntiPrivilégio à luz do conceito de Espaço de Autonomia, de Manuel Castells, um dos maiores estudiosos da simbiose entre manifestação política e redes de internet. Como forma de fortalecer teoricamente o trabalho, fundamentaram-se também os atos políticos oriundos do WhatsApp no pensamento de David de Ugarte e Massimo Di Felice, autores que são bastante citados quando se busca falar sobre ativismo na internet. Além disso, relacionou-se o fenômeno com as características do WhatsApp a partir de exemplos de como o aplicativo de *microchats* foi útil para dar voz aos insatisfeitos em países não democráticos. O objetivo foi o de relacionar ativismo, internet e WhatsApp para traçar um caminho que desse clareza teórica aos aspectos empíricos analisados neste artigo.

O grupo #EmendaAntiPrivilégio foi localizado nas redes sociais do Movimento Brasil Livre (MBL) e do deputado federal Kim Kataguiri, autor da proposta de alteração de lei que dá nome ao grupo. No que toca ao ferramental de pesquisa, realizou-se a coleta de dados manualmente, entre os dias 27 de setembro e 16 de outubro de 2020 através do recurso de “exportar conversa” do próprio WhatsApp. As análises dos dados foram efetuadas através da interpretação hermenêutica netnográfica. Durante a escrita deste trabalho, aplicou-se um questionário aos membros com perguntas que buscavam compreender o perfil etário, a escolaridade, as motivações, os vínculos e as perspectivas destes quanto a alcançar os objetivos do grupo.

Durante a análise, observou-se no grupo #EmendaAntiPrivilégio a efetivação das características de movimentos sociais apontadas por Manuel Castells nas manifestações por ele estudadas: nasce de uma insatisfação sobre o sistema vigente, reúne espontaneamente pessoas, busca auto-organização horizontalizada e empreendem-se esforços coletivos para alcançar os objetivos. A diferença entre os apontamentos do sociólogo espanhol e as observações deste trabalho está ligada ao culminar das manifestações: enquanto nas reivindicações do início do século as pessoas ocupavam as ruas, os esforços para alterar a realidade da administração pública brasileira ocorreram dentro do ambiente informacional da internet.

Diante dos aspectos ressaltados, acredita-se que o presente artigo contribuirá com um olhar acadêmico sobre uma plataforma que está atravessando um processo de crescimento de contribuições científicas, o WhatsApp, mas que ainda é muito menos explorada pelos pesquisadores do que o Twitter e o Facebook. Além desses pontos, a pesquisa vai colaborar para o maior entendimento sobre uma nova dinâmica das manifestações sociais, que pode ser calcada em todas as suas fases pela ampla utilização das tecnologias da informação e comunicação.

Fundamentação teórica

No início deste século, o mundo assistiu à eclosão de uma série de manifestações que tinham como motor a insatisfação política contra os governantes e como protagonistas jovens que possuíam entre 18 e 29 anos de idade (Castells 2013, 185). Algumas das mais conhecidas foram a Primavera Árabe; o Occupy; o movimento dos Indignados; a luta pela nova constituição, na Islândia; e o movimento Passe Livre, no Brasil. Além do ponto de partida comum e a composição etária dos seus formadores, outro aspecto unia os movimentos e também era o responsável por diferenciá-lo das manifestações que ocorreram no passado: o papel de destaque da internet.

Ao observar as características dessas reivindicações, Castells apontou que a transformação empreendida com a inclusão das redes interconectadas representou a passagem da era da individuação para a da autonomia (2013, 130). O conceito de individuação nasce no começo de 1970 e alcança também as décadas seguintes. A premissa é possuir como princípio orientador do comportamento os projetos do indivíduo — o que é diferente de individualismo, uma vez que pessoas com individuações semelhantes podem dar origem a movimentos coletivos. Já o conceito de autonomia prevê a realização de movimentos em grupo. Segundo Castells, autonomia refere-se sobretudo “à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses” (2013, 133). A passagem do momento essencialmente de individuação para o de autonomia acontece a partir do advento das redes, que permitiriam aos atores a construção de um caminho alternativo que não se cruza com o das instituições tradicionais da sociedade. A partir da diferenciação dos dois conceitos, que constitui a mudança, no tempo, do padrão através do qual as pessoas se manifestavam, o autor constrói o de Espaço de Autonomia, que representa a junção da cibernética com a ocupação coletiva de locais específicos da cidade em forma de protesto. Para o autor espanhol, o Espaço de Autonomia seria a nova forma espacial dos movimentos em rede (2013, 135).

Apesar de considerar utópico o descolamento completo de atores sociais das instituições tradicionais da sociedade em suas manifestações, Castells enxerga o surgimento da Web 2.0 e a chegada dos sites de redes sociais (SNS) como um grande avanço para a sedimentação do conceito de Espaço de Autonomia. Os SNS representam um local em que pessoas reais se encontram com pessoas reais e podem compartilhar suas dores, discutir soluções, deliberar sobre elas e propor ações, em uma noção veloz de companheirismo e integração não experimentada em tempos anteriores (2013, 134). No que toca à forma de auto-organização, percebe-se que a ideia de Espaço de Autonomia de Castells se sustenta não apenas na utilização da internet como ambiente de aglutinação de pessoas com reivindicações comuns, mas como espaço privilegiado para a tomada de decisões coletivas. Portanto, Castells enfatiza que não se trata da utilização meramente instrumental da rede: “ela cria as condições para uma forma de prática comum e (...) protege o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas

(...) para superar a dominação institucionalizada” (2013, 135). Em suma: para o autor, as manifestações do começo deste século ocorreram do jeito que foram exatamente pela possibilidade de uso da internet. Os membros das manifestações ocorridas a partir do ano 2000 fizeram utilização massiva da internet para se conhecerem e se reconhecerem, mas depois ocuparam necessariamente os espaços urbanos. E essa característica amplia o entendimento do conceito de Espaço de Autonomia:

(...) são novos tipos de movimento democrático (...) constituído em torno da interação entre localidades e redes da internet, fazendo experiências com as tomadas de decisão com base em assembleias e reconstituindo a confiança como alicerce da interação humana (Castells 2013, 142).

Pelo estímulo ao compartilhamento de informações e aglutinação de pessoas, os SNS catapultaram o ativismo social a um novo patamar e permitiram que a ocupação dos espaços urbanos fosse lastreada em todas as suas etapas pela ampla utilização das redes.

Autonomia e ciberativismo

Ao tratar de ciberativismo, David de Ugarte também reforça a questão da autonomia dos indivíduos a partir do uso das novas tecnologias digitais, bem como enxerga como desfecho dos protestos a ocupação dos espaços da cidade. Para o autor, ciberativismo é “(..) toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública (...) mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do ‘boca a boca’ multiplicado pelos meios de comunicação” (Ugarte 2007, 77). Através desse conceito, percebe-se que Ugarte observa a rede apenas como um fator de amplificação de capacidade comunicacional, sem a devida ênfase nas suas próprias potencialidades como meio. A partir dessa conceituação, entende-se a necessidade do autor de separar o ciberativismo em três caminhos: fala, ferramentas e visibilidade. A fala (1) refere-se à possibilidade de os sujeitos criarem discursos baseados em um conjunto de valores ou crenças, os quais permitem a aglutinação de pessoas com pares desconhecidos, mas com interesses comuns. As ferramentas (2) estão posicionadas no contexto da cultura hacker, cujo lema é “faça você mesmo”, e dizem respeito à criação de soluções tecnológicas que sejam capazes de transmitir ideias em uma rede distribuída. A visibilidade (3) é o alvo a ser alcançado através da soma dos dois itens anteriores, tanto on-line quanto off-line, e representa o ponto de inflexão, ou seja, o momento em que a mensagem atinge mais pessoas e o objetivo do movimento cresce. A partir desta tríade, Ugarte explica que o ciberativista é “alguém que usa a Internet e toda a blogosfera para divulgar um discurso e disponibilizar ferramentas de posicionamento público que dão retorno às pessoas, o poder e a visibilidade que hoje monopolizam instituições” (2007, 65). Percebe-se, portanto, que Ugarte e Castells não mencionam a possibilidade de as ações sociais coletivas poderem ocorrer inteiramente dentro da rede, através de meios exclusivos do ambiente virtual.

Ugarte utiliza os três caminhos para delinear o conceito de CiberUrbs e, desta forma, fechar o seu entendimento sobre o corpo das manifestações do início do século. Segundo o autor, as CiberUrbs são “o culminar na mobilização de rua de um processo de discussão social realizado por meios eletrônicos de comunicação e publicação” (2007, 72). Aqui, observa-se que as definições de Ugarte se aproximam sobremaneira dos apontamentos de Castells em relação ao ativismo na internet: as práticas iniciam-se e autorregulam-se no ambiente das redes, mas desembocam suas ações em manifestações de rua. O entendimento dos autores, baseados na observação de atos que ocorreram até aqui, permite a conclusão de que as manifestações se consumam sempre nos espaços urbanos. Ou seja, necessariamente contecem quando a desmaterialização do virtual se materializa nas ruas, edifícios e praças da vida real.

Massimo Di Felice também dedica seus estudos à compreensão dos aspectos relacionais entre movimentos ativistas e tecnologias da informação. O autor italiano observa que as novas configurações em rede formam as bases do habitar contemporâneo e obrigam a repensar as práticas de interação social baseadas em distinções binárias, como instituições e cidadãos e público e privado. Para clarear o entendimento, ele explica que a sociedade atual está sedimentada na ecologia comunicativa transorgânica, a qual possibilita processos de participação que são capazes de dialogar não apenas com pessoas, mas com os territórios, a biodiversidade e os espaços conectados entre si pelas novas tecnologias, como as identificações por radiofrequência (RFID, em inglês) e a internet das coisas (Di Felice 2018, 37). Neste contexto de múltiplas possibilidades interativas com pessoas, instituições e objetos, Di Felice entende que o ativismo digital contemporâneo adquire características próprias: não busca mais criar instituições duradouras e não é vinculado necessariamente a partidos políticos ou possui objetivos eleitorais — duram o tempo necessário para atingir um objetivo ligado à sua visão de mundo e são produtos não de ideologias, mas das interações com dados (Di Felice 2013, 41).

As práticas ciberativistas contemporâneas geralmente fazem uso das redes sociais para amplificar as vozes dos movimentos. Cada uma delas, porém, oferta instrumentos específicos que podem ser usados com finalidades diferentes em um momento de reivindicação. No Twitter, por exemplo, podem expressar-se ideias curtas em 140 caracteres ou em blocos, defender posições ou engajar-se em alguma iniciativa política maior através do uso de *hashtags* (Valenzuela, Arriagada e Sherman 2014, 2048). No Facebook, onde a visualização do conteúdo costuma ser restrita às pessoas que fazem parte do círculo de amigos do usuário, ou seja, aquelas que possuem laços mais fortes de proximidade, é possível amplificar vozes e convocar pessoas para participar de protestos e compartilhar informações de outros meios com a adição de comentários individuais (Cabalín 2014, 28). No Instagram, por sua vez, o importante é expressar as suas experiências através de fotografias com a possibilidade, inclusive, de criar narrativas gráficas, tanto para convocação de protestos quanto para empreender a cobertura dos acontecimentos (Einwohner e Rochford 2019, 1090).

WhatsApp e Espaço de Autonomia

Castells relaciona a cultura da autonomia que foi permitida pela internet e a ampliação do alcance com a sua versão 2.0 e o surgimento das redes sociais digitais, como o Twitter, o Facebook e o Instagram. Em muitas situações, entretanto, essas três plataformas não foram capazes de suplantarem a censura de governos. Em pesquisas sobre ciberativismo em países de propensão regulatória, autores como Johns e Belair-Gagnon, Agur e Frisch perceberam o WhatsApp como possibilitador de espaço seguro para comunicações e reivindicações. Eles apontam a inserção da criptografia no WhatsApp como um dos elementos responsáveis por permitir a livre circulação de informações. Sobre a China, Belair-Gagnon, Agur e Frisch (2017, 4) explicam que, para repórteres que cobrem questões políticas sensíveis, aplicativos de bate-papo criptografados, como o WhatsApp, abriram um canal de comunicação seguro com fontes que podem estar em risco de vigilância. Uma tabela elaborada por Agur Agur revelou que o WeChat, equivalente chinês do WhatsApp, não incluiu a proteção criptográfica nas conversas e faz parte de uma rede considerada vigiada pelo Partido Comunista (2019, 185). Os espaços seguros para conversas, garantidos pelo WhatsApp, foram definidos por Johns como cripto-públicos — em sua pesquisa sobre a Malásia, o autor chama a atenção para a disponibilidade de criptografia de ponta a ponta que torna o conteúdo de mensagens que circulam por grupos do WhatsApp não-pesquisáveis e não-rastreáveis ao monitoramento do governo (2020, 3). Baseado também na possibilidade de segurança, Tapsell utiliza o conceito de “arma dos fracos”, de James Scott, para caracterizar o WhatsApp. Ele ressalta que o aplicativo desempenhou um papel de destaque na queda da coligação que dominava a Malásia há 60 anos (2018, 10). Portanto, ao identificar as circunstâncias da criação de movimentos sociais baseados nas plataformas digitais de comunicação, percebe-se que os autores entendem as mobilizações criadas em grupos virtuais do WhatsApp como um passo além em relação à autonomia, uma vez que são capazes de garantir o sigilo da comunicação e permitem um espaço de interconexão que pode ser utilizado para autorregulação de protestos.

Em paralelo ao estudo da utilização dos recursos do WhatsApp em contextos de engajamento cívico, os pesquisadores passaram também a se debruçar sobre o potencial do mensageiro digital para disseminação de informações inverídicas (Vasconcelos, Almeida e Benevenuto 2019a, 27; Resende et al. 2019b, 820). Nic Newman, por exemplo, salienta que grande parte da população mundial está preocupada com o que é verdadeiro ou falso na internet quando se trata de notícias e que o WhatsApp é o principal veículo de desinformação em países como o Brasil e a Malásia (2020, 9). Num estudo que analisa 1.450 mensagens de áudio únicas trocadas em 117 grupos do WhatsApp durante as campanhas eleitorais brasileiras de 2018, Maros et al. encontraram evidências de compartilhamento de notícias que já foram atestadas como falsas pelas agências de *fact-checking* (2020, 6). Outro trabalho que também observa as mudanças no processo eleitoral brasileiro, de Ruediger et al., traz para a discussão a ação dos *bots* sociais,

os quais são usados para inserir fatos, verídicos ou não, e torná-los parte da narrativa política *mainstream*. Com o olhar específico em grupos de *microchats* virtuais, o estudo revela que os *bots* podem “replicar qualquer conteúdo em novas publicações, de modo a ampliar o alcance (...) e podem atuar, também, em aplicações de mensagem, tais como WhatsApp, replicando mensagens e conteúdos políticos para indivíduos e grupos” (2018, 8). Bali e Desai mencionam que, na Índia, dois homens foram espancados até à morte após vídeos que os acusavam falsamente de terem sequestrado crianças viralizarem no WhatsApp (2019, 739).

Em conjunturas como a do Brasil, os atributos do WhatsApp podem permitir a criação de manifestações genuínas com as características dos movimentos sociais mencionadas por Castells: a formação de uma rede de comunicação espontânea, informal, horizontal, mais interativa e autoconfigurável (2013, 16). Ainda que demonstre majoritariamente em sua obra que as manifestações realmente acontecem quando ganham as ruas, o autor espanhol deixa uma pista que mostra que as reivindicações também podem existir em ambientes virtuais e reunir as condições para nascer, autogerir-se e dar visibilidade às causas, em um excerto da obra na qual ressalta as vantagens da internet para dificultar a repressão aos movimentos pelo Estado:

Embora os movimentos *tenham em geral sua base no espaço urbano* (grifo nosso), mediante ocupações e manifestações de rua, sua existência contínua tem lugar no espaço livre da internet. (Castells 2013, 129)

Neste contexto, acredita-se que os apontamentos de Castells, Ugarte e Di Felice, bem como as descrições dos autores que pesquisaram o WhatsApp no contexto de países de propensão regulatória, mostram que o aplicativo de *microchats* possui as características técnicas para abarcar manifestações que tenham capacidade de iniciar, decorrer e finalizar apenas dentro do seu espaço, restando apenas a algum grupo aglutinar o potencial sociotécnico e empreendê-lo. Sobre o tema, Machado ainda acrescenta que a “sede física se tornou irrelevante: fax, telefone ou endereço postal passam a ser itens secundários. A possibilidade de operação a um custo muito baixo incentiva a associação individual, a emergência de novos movimentos sociais” (2007, 274).

Dentro de todo esse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica do grupo de WhatsApp intitulado #EmendaAntiprivilégio e perceber se é possível haver resultados práticos e efetivos em uma mobilização que acontece majoritariamente através da internet, ou seja, buscar-se-á observar se é possível falar de um Espaço de Autonomia que não seja de tijolos e cimento, mas sedimentado nas redes interativas da internet.

Metodologia

O WhatsApp é uma ferramenta digital que não possui uma API pública, isto é, não disponibiliza um espaço virtual aberto que pode ser acessado por qualquer pessoa através de mecanismos de busca, como o Facebook e o Twitter fazem, por exemplo, ou que permita a criação de *software* externo para extração customizada de dados (Freelon 2018, 668). Em virtude dessa característica, as pesquisas acadêmicas empreendidas têm criado desenhos exploratórios para ter acesso aos dados e envidado esforços combinados para assegurar parâmetros éticos na plataforma (Piaia e Alves 2019, 10).

O grupo #EmendaAntiPrivilégio pode ser considerado um grupo público, ou seja, aquele para o qual o administrador criou voluntariamente *links* de convite e os distribuiu, consentindo, portanto, o acesso a qualquer interessado. Ao aceder ao *link* e entrar no grupo, fez-se uso do consentimento informado para garantir a lisura ética do processo, deixando todos os membros cientes da intenção dos pesquisadores, bem como explicitou-se que os dados coletados seriam apresentados sem qualquer identificação dos usuários. Os dados foram coletados entre 27 de setembro de 2020 (13 dias após a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição) e 16 de outubro de 2020 (sete dias após o início da propaganda eleitoral obrigatória em rádio e TV). Acredita-se que o prazo escolhido engloba eventos que são capazes de originar maiores movimentações entre os usuários sobre o tema que é objeto deste artigo. A coleta contemplou 3.714 mensagens e 1.215 arquivos *multimedia*.

De posse das informações, os dados foram analisados a partir da interpretação hermenêutica netnográfica, a qual busca efetuar interpretações que sejam: “coerentes e livres de contradição”, “compreensíveis” para o público leitor visado, “respaldadas com exemplos relevantes”, claramente relacionados à “literatura relevante” e “‘frutíferas’ na revelação de novas dimensões do problema” (Kozinets 2014, 115). Como forma de conhecer o perfil dos membros do grupo, um questionário com nove perguntas foi aplicado entre os dias 8 e 15 de janeiro de 2020 e contou com a adesão de 84 das 191 pessoas, ou seja, 43,97% do total de membros.

Análise do grupo #emendaantiprivilégio

Para entender o surgimento do grupo de WhatsApp #EmendaAntiPrivilégio, é necessário contextualizar a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, que ficou conhecida no Brasil como Reforma Administrativa. De autoria do Poder Executivo do Brasil, o texto busca alterar a Constituição Federal em relação à carreira dos futuros servidores públicos¹. A Emenda à Reforma Administrativa tem como objetivo incluir no texto da PEC 32/20 algumas carreiras que ficaram de fora do texto apresentado pelo Governo Federal, como as de magistrados e políticos com mandato

¹ Ver mais informações em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/08/veja-os-principais-pontos-da-reforma-administrativa-proposta-pelo-governo>

— daí surge o nome de Emenda Antiprivilégio. Para que um tema legislativo seja obrigatoriamente agendado para discussão na sessão plenária da Câmara dos Deputados, são necessárias 171 assinaturas de deputados apoiando a proposta. O grupo de WhatsApp #EmendaAntiPrivilégio, portanto, foi criado com a intenção de reunir pessoas, voluntariamente, para mobilizar os parlamentares a assinarem a Emenda e colocarem-na obrigatoriamente em pauta no parlamento.

Breve perfil dos membros

O questionário aplicado entre os membros do grupo buscou identificar informações, por exemplo, ligadas ao sexo, à faixa etária, à escolaridade e à renda familiar mensal. No que diz respeito à idade, 46,4% declaram possuir entre 20 e 29 anos de idade, enquanto 28,6% disseram ter entre 30 e 39 anos. 78,6% dos que responderam à pesquisa são do sexo masculino. A renda familiar mensal mostrou-se bastante variada: 33,3% declararam que a família ganha entre cinco e 10 salários mínimos brasileiros (entre 825 euros e 1.650 euros); 29,6% declaram ganhar a partir de 10 salários mínimos (1.650 euros em diante) e 18,5% disseram que o grupo familiar vive com uma renda que varia entre três e cinco salários mínimos (entre 495 euros e 825 euros). A maior parte (42,9%) declarou possuir nível superior completo, 28,6% disseram ter no currículo um curso de pós-graduação e 21,4% possuem apenas o ensino básico. Essas informações iniciais sobre o perfil dos membros do grupo permitem perceber que se trata de uma aglutinação de pessoas majoritariamente masculina, jovem-adulta, escolarizada e que possui renda mensal na média brasileira, que, de acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares, é de R\$ 5.426,70 (IBGE 2019, 55) — 815,51 euros².

Organização da informação

Dentro de um grupo do WhatsApp, há uma tela que contém informações gerais sobre o espaço. No #EmendaAntiPrivilégio, este local é utilizado para facilitar o trabalho dos membros: constam o link para assinar a Emenda, o texto da proposta de lei e uma contagem parcial de quantos deputados já assinaram e quantos ainda são necessários — sobre estes, são fornecidos os nomes, em ordem alfabética, o partido e o contato telefônico. No espaço descritivo, há também um reforço para que assuntos não relativos à Emenda sejam evitados. Ainda em relação às instruções informativas, os administradores fornecem, no próprio espaço de conversas do grupo, por volta das 8h da manhã, um texto pré-formatado para que os membros enviem aos deputados que são escolhidos como os “alvos do dia”. Essa escolha ocorre através de uma discussão coletiva que leva em consideração a probabilidade de o parlamentar se engajar com a causa. Sobre o propósito de difundir informações no ambiente informacional da internet, Machado

2 Todas as conversões de moeda deste artigo foram realizadas em 28 de janeiro de 2021.

aponta que a matéria-prima básica da nova forma de organização é a “informação gerada e eficazmente distribuída, a qual é originada através da ampliação das formas de produzir, reproduzir, compartilhar, expressar e difundir fatos, idéias, valores, visões de mundo” (2007, 268).

Administradores e usuários mostram entender que a arma mais poderosa para alcançar seus objetivos é a melhor gestão da informação, seja ela mais técnica, seja mais ideológica, seja as duas combinadas. Para não deixar uma boa oportunidade escapar, é compartilhado também um modelo de caminho para que o usuário conduza o parlamentar até a efetivação do seu compromisso com a causa. Mesmo não existindo prazo máximo para que o número de assinaturas seja alcançado, os membros do grupo entendem a data de 8 de outubro de 2020 (dia que precede o início da propaganda em rádio e TV dos candidatos nas eleições de 2020) como um parâmetro especial para que o objetivo seja alcançado. A percepção dos membros do grupo é a de que, a partir dessa data, os parlamentares vão estar focados nas demandas eleitorais e terão menos disposição para dialogar sobre projetos legislativos.



Imagem 1

Membro menciona prazo de início da propaganda política | © Os próprios autores.

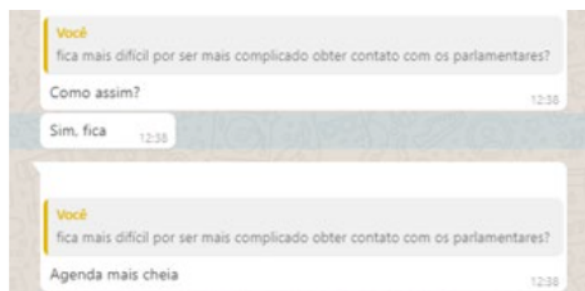


Imagem 2

Membros relatam dificuldade em obter contato sobre projetos legislativos após 8 de outubro | © Os próprios autores.

Com o prazo estipulado, diversas dinâmicas são criadas e debatidas entre os próprios usuários para chegar a um caminho eficaz. Essa autorregulação do grupo tem como foco primordial a eficiência, a autoavaliação, o compartilhamento de resultados bem-sucedidos e a mudança de rumo quando necessário. E essas são as características, em geral, das pessoas que buscam se envolver em movimentos de insatisfação social ou resolvem apoiar uma causa reivindicatória, atributos que acabam por ser definidores do engajamento — se a comunicação é mais dialógica e democrática, menos verticalizadas serão as decisões e mais participativos tendem a ser os movimentos (Castells 2013, 16). Outro ponto de reforço para o prazo estipulado pelos administradores e membros para

obtenção das 171 assinaturas é o fato de que, após as eleições, aproximar-se-á o final de muitos mandatos de parlamentares que já assinaram o projeto e não conseguiram se reeleger ou decidiram não disputar novamente o pleito eleitoral. Nesses casos, uma assinatura obtida até 31 de dezembro seria descontabilizada em 1 de janeiro.

Estratégias para obtenção de assinaturas

A primeira contagem parcial divulgada após o ingresso do pesquisador no grupo aconteceu no dia 28 de setembro de 2020 e dava conta de 82 assinaturas, obtidas através de ações no WhatsApp e fruto de esforços do próprio parlamentar autor da proposta junto dos colegas na Câmara dos Deputados. Uma das formas que os membros possuíam para calibrar a forma de buscar o objetivo era o compartilhamento de ações bem-sucedidas. Na imagem abaixo, um usuário percebeu que os parlamentares ouviam os apelos mais atentamente quando eram enviados através de áudio. Ao mesmo tempo, observou-se que as imagens no padrão de figurinhas afastavam o parlamentar e que o envio de e-mails não surtia qualquer efeito. Quando um usuário resolveu lançar mão de uma das táticas, outros avisaram da ineficácia ou não da ação.



Imagem 3
Usuário alerta sobre a ineficácia do envio de figurinhas | © Os próprios autores

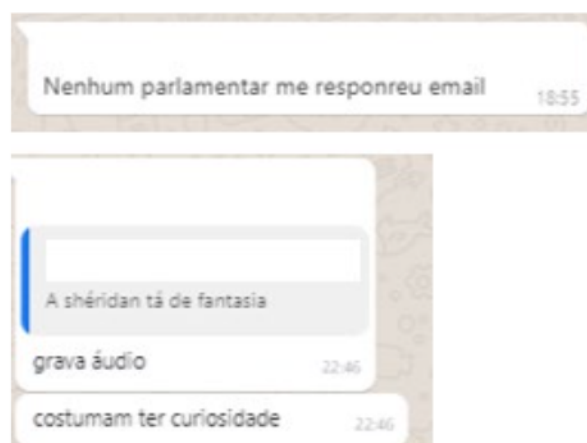


Imagem 4
Membro aponta que gravação de áudio costuma chamar a atenção | © Os próprios autores

Para dar agilidade à obtenção de resultados, os administradores sugerem esforços coletivos para mobilização dos congressistas. Percebe-se, porém, que não há um *modus operandi* definido no grupo, mas uma simples criação de objetivo com prazo definido

para o alcance de um número razoável de assinaturas. Desta forma, estratégias diversas foram criadas sem nenhum critério perceptível. Por exemplo, no dia 28 de setembro, após a divulgação dos parlamentares que ainda não haviam aderido à causa, espontaneamente os membros passaram a entrar em contato por telefone com os congressistas do seu estado, de modo a baratear o custo da ação e a calibrar a abordagem na medida em que o responsável conhecia melhor a trajetória do deputado. No dia 1 de outubro, um debate surgiu no grupo sobre a melhor forma de realizar o ativismo — se através da distribuição de contatos em parlamentares variados ou se pelo foco em apenas um deles por todo o grupo. A resposta à provocação foi a de que o ideal seria escolher um alvo diário e concentrar os esforços, observando a efetividade desta abordagem, momento em que outro usuário ressaltou a importância de a decisão se tornar um processo, ou seja, se tornar padrão no grupo para não haver inconformidades.



Imagem 5
Membro envia sugestões de abordagem
© Os próprios autores

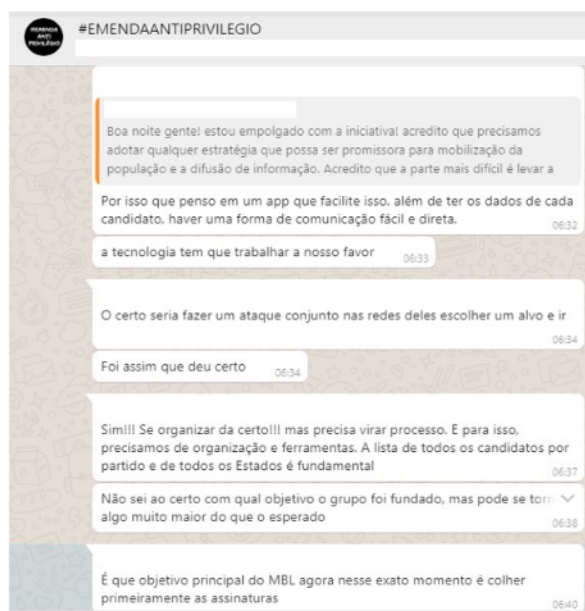


Imagem 6
Membro resalta que abordagem escolhida
deve tornar-se um padrão do grupo
© Os próprios autores

Com as questões expostas no grupo e as decisões tomadas coletivamente, os membros passaram a apresentar em diversos momentos os resultados das ações empreendidas como tática para comprovar ou até para repensar as decisões. Percebe-se a aplicação de formas cordiais para debater e a predisposição dos usuários de buscar entender o ponto de vista dos demais como um fator de interesse na causa e um caminho efetivo para o alcance do objetivo. Ao analisar o conflito na Tunísia, Castells menciona algumas

características que se assemelham com as que foram empreendidas no grupo: “as discussões tinham de ser educadas (...), todos tinham o direito de expressar sua opinião (...). Uma discreta rede de vigilância, organizada pelos próprios manifestantes, garantia que as regras fossem respeitadas” (2013, 21). Ainda que com estratégias consideradas pelos próprios membros como não ideais, visto que as ações bem-sucedidas que apontavam a necessidade de estabelecer um diálogo com os congressistas estavam ainda começando a ser compartilhadas, obtiveram-se mais 26 assinaturas até 5 de outubro — ou seja, menos de 8 dias de ação -, totalizando 108 parlamentares que declararam apoio ao projeto.

Discussão sobre as melhores abordagens

Nota-se que uma das principais características do grupo é a autorregulação e a disposição em rediscutir de forma horizontal os processos. Um exemplo ocorreu no dia 28 de setembro de 2020, quando um usuário tentou enviar mensagens repetidas aos deputados. O efeito negativo da abordagem foi percebido pelos membros em uma resposta, através de áudio, do assessor da deputada Bia Kicis sobre a quantidade de mensagens enviadas.

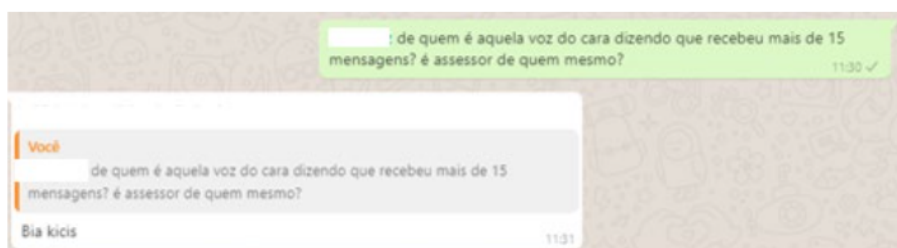


Imagem 7

Excesso de mensagens para um único parlamentar é compartilhada como uma ação que surte efeitos indesejados | © Os próprios autores

No mesmo dia, os membros do grupo discutiram a falta de eficácia da estratégia de inundação em redes sociais, caixas de e-mail e mensagens em WhatsApp e chegaram à conclusão de que, a partir daquele momento, dever-se-ia buscar estabelecer um relacionamento tanto com os assessores quanto com o próprio parlamentar. Os planos de relacionamento com o público-alvo começaram imediatamente e com a própria deputada Bia Kicis. Os membros do grupo descobriram que o assessor da congressista faria aniversário nos próximos dias e fizeram uma montagem na qual lhe desejavam felicitações, mas na foto do bolo constava o pedido para que ele ajudasse os membros do grupo a convencer a deputada a assinar a Emenda à PEC. Em menos de 48 horas, a deputada havia se mostrado favorável ao projeto e assinado a Emenda.



Imagem 8

Sequência mostra a montagem feita com o rosto do assessor parlamentar, em um ambiente de aniversário, com a frase no bolo “Bia, assina a PEC do Kim”

© Os próprios autores

Diferentemente das manifestações que culminam nas ruas, que realizam assembleias com data e hora marcadas com antecedência, no ativismo do WhatsApp, o debate sobre as melhores práticas ocorre quando as falhas são percebidas. Um segundo exemplo relevante de como obter mais assinaturas veio da experiência pessoal de um membro após um contato com o deputado Luiz Miranda. Ele compartilhou no grupo a experiência e as lições para abordagens futuras através de uma mensagem de áudio, cuja transcrição é:

Pessoal, quero deixar um relato aqui para vocês. Hoje de manhã entrei em contato com o deputado Luiz Miranda. Eu enviei uma mensagem dizendo “oi, deputado, bom dia, tudo bem com o senhor? Vou enviar aqui uma mensagem que eu escrevi para você.” E ele respondeu bem rápido, dizendo: “Olha, eu estou na correria...”. Aí mandei a minha mensagem personalizada, que eu fiz explicando por que eu acho, com as minhas palavras, que o deputado deveria assinar a Emenda (...) Ele disse que não podia assinar, pois é de Brasília e muito do eleitorado dele é de funcionário público. Ele disse isso em um áudio bem grande, no qual ele também disse que estava respondendo por eu ter sido o único que realmente mandou uma mensagem. Todos os outros ele viu que enviou uma mensagem de spam, padronizada, e bloqueou todo mundo. Então fica a lição de a gente fazer a nossa mensagem e depois ficar conversando com eles mesmo, sabe? (...) Sempre com respeito, um certo tipo de carinho, no sentido de possuir bons tratos com as palavras. Então fica aí a dica (...). (Os próprios autores, com adaptações 2021).

Sobre contextos como o da transcrição, Ugarte ressalta que o caminho do ciberativismo é o de compartilhar ideias em um local de movimento, no qual outros transmitirão suas ideias para outros e assim alcançar-se-á um número expressivo de adeptos,

ampliando ao máximo o alcance e formando uma cadeia efetiva em que o sucesso perpassa pela criação de relações e o estabelecimento de uma profícua dialética (2007, 122). Após o compartilhamento da experiência do membro cuja transcrição foi efetuada no parágrafo anterior, percebeu-se a concordância e a disponibilidade de adesão dos demais membros à experiência compartilhada. No dia 9 de outubro, primeiro após o fim do prazo que os membros consideravam mais propício para obter assinaturas, a contagem parcial elevou o número para 125 assinaturas. No questionário, os membros demonstraram possuir ampla confiança no êxito da mobilização virtual: 78,9% responderam positivamente e o restante, 21,1%, disseram “talvez” sobre a obtenção das assinaturas necessárias. Não houve resposta para “não”.

Autorregulação e motivação

Apesar de possuir administradores, alguns dos quais vinculados ao deputado Kim Kataguiri, não se identifica uma distribuição de funções em formato verticalizado. O questionário aplicado no grupo apontou, inclusive, que 87% dos membros do grupo não possuem qualquer vinculação profissional ou pessoal com o deputado, mas fazem parte da mobilização por compartilharem das mesmas ideias que ele. Os administradores geralmente têm a função de encaminhar a lista atualizada com o nome dos parlamentares que ainda não assinaram a proposta e fazer a regulação do ambiente, excluindo do espaço pessoas que tenham a finalidade de criar conflito ou que não estejam engajadas com a causa. No dia 1 de outubro, uma administradora excluiu 18 membros do grupo considerados “inativos”. Essa ação foi justificada pelo fato de grupos no WhatsApp serem limitados a 256 integrantes, fazendo com que usuários que não contribuíam com a causa ocupassem lugar de outro em potencial que desejasse ajudar nos esforços.

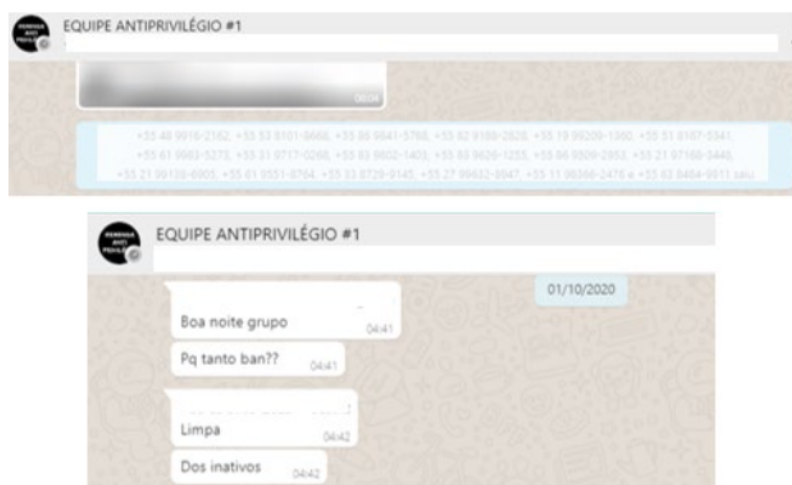


Imagem 8
Sequência revela que os administradores buscam manter o grupo apenas com membros atuantes
| © Os próprios autores

Um dos papéis que coube a qualquer usuário do grupo foi o de manter a unidade de atribuição, ou seja, reprimir os membros que compartilhassem notícias políticas não vinculadas ao projeto, estimulassem debate sobre atuação eleitoral diversa ou até enviassem memes sobre adversários políticos. No período de pesquisa, perceberam-se 18 repreensões a desvios, os quais vieram de nove usuários diferentes, apenas um deles com *status* de administrador de grupo. Ao mesmo tempo que buscam manter a unidade, os membros se revezam espontaneamente na tarefa de celebrar cada assinatura, destacando o papel de relevância social do trabalho que realizam. Esses usuários motivadores surgem geralmente em dias de frustração pela obtenção de pouca ou nenhuma assinatura, situação que faz perceber a preocupação das pessoas engajadas em manter coeso o grupo e motivado para o trabalho no dia seguinte.

Imagem 9

Membros lamentam a falta de resultados em um dia de ação coletiva

| © Os próprios autores



Nos dias de bons resultados, a vibração é coletiva e algumas ações são toleradas, como o envio de memes que remetam para a celebração da vitória. Ugarte reforça que o momento em que um grupo ativista se mostra unido e coeso se aproxima daquele patamar de realização dos objetivos. Segundo o autor:

Quando um certo limite de pessoas que não só querem, mas acreditam que podem mudar coisas, a mudança é inevitável. É por isso que novos discursos decorrem do empoderamento das pessoas, de relatos de indivíduos ou pequenos grupos com uma causa que transformam a realidade com vontade, imaginação e sagacidade (2009, 64).

Vinte dias após o ingresso do pesquisador no grupo e último dia da coleta de dados, 16 de outubro, o grupo possuía 142 assinaturas, restando 31 para o alcance do objetivo, o que representa a obtenção de, em média, três assinaturas por dia através de esforços majoritariamente oriundos de ações sugeridas, discutidas e empreendidas no grupo de WhatsApp.

Discussão

Dentro da conceituação de Castells, que não deixa de mencionar a controvérsia acadêmica acerca da criação do conceito, o MBL pode ser considerado um movimento social autêntico, uma vez que se originou das crises das condições de vida que tornam insustentáveis a existência cotidiana da maioria das pessoas (2013, 127) e tem no seu interior ações coletivas que, a depender de seu sucesso ou fracasso, podem transformar valores e instituições (2001, 20). No caso concreto da experiência do grupo Emenda AntiPrivilégio, o objetivo primordial é o de efetuar a alteração significativa de uma realidade social existente — a dos privilégios de magistrados e políticos -, mas o que o difere de muitos movimentos do passado é a busca pela modificação sem perder de vista a ordem institucional. A ação está focada nas “regras do jogo” (Bobbio 2009, 30) e propõe desconstruir uma profunda desigualdade administrativa entre carreiras de Estado utilizando-se somente de expedientes previstos constitucionalmente. Para alcançar esse propósito, o grupo lançou mão de estratégias já conhecidas, aperfeiçoou mecanismos, bem como mostrou-se capaz de organizar-se e reorganizar-se rapidamente em torno de suas questões. Castells reitera que as “organizações tendem a ser cada vez mais horizontais, menos hierarquizadas, mais flexíveis, com múltiplos nós, conectadas a numerosas microrredes ou células que podem ser rapidamente ativadas” (2001, 426). O grupo estudado neste artigo apresentou o diferencial de mostrar que um ciclo completo de ação reivindicatória (aglutinação, propostas, deliberação, ação, resultado e reavaliação) pode ser realizado inteiramente pela internet, sem necessidade de ocupação de espaços urbanos.

O contexto dos movimentos que eclodiram no início do milênio teve como participantes jovens que tinham entre 20 e 30 anos, que se acostumaram com a vida em rede. O contexto do grupo Emenda Antiprivilégio diferencia-se marcadamente levando-se em consideração o corte etário dos seus membros, que possuem atualmente cerca de 25 anos de idade (ou seja, na época da Primavera Árabe, por exemplo, tinham entre cinco e 10 anos) e já são enquadrados em um nível geracional distinto. Essa diferença pode ser um fator que explique o conforto em participar de uma ação que seja majoritariamente virtual — no questionário, 90% dos membros apontaram que não conhecem outros membros e 75% acreditam que provavelmente nunca conhecerão pessoalmente as pessoas com as quais atuam no propósito de mobilizar parlamentares. Os membros do grupo podem ser considerados jovens nativos digitais, ou seja, aprenderam a observar o mundo já com a existência da internet e desconhecem a execução de atividades de forma diversa. Apesar

de nada impedir os jovens de acamparem na frente da Câmara de Deputados e de abordarem os parlamentares em busca da assinatura antes do início das sessões legislativas, percebe-se que não é assim que esse grupo etário mostra saber fazê-lo da melhor forma. Numa proposta de adaptação do conceito de Castells ao universo geracional específico dos que nasceram a partir do ano 2000, o Espaço de Autonomia seria essencialmente cibernético: a conexão das redes seria a fonte de interação entre as pessoas, e os espaços ocupados também seriam meramente virtuais — as caixas de e-mails, as contas e grupos de WhatsApp, os SMS, as redes sociais etc. Apesar de não possuir ocupação em locais de pedra e cimento, as manifestações baseadas apenas na internet mostraram-se capazes de possuir organização, adesão espontânea, autonomia e capacidade transformadora. Como confirma Machado, os movimentos contemporâneos são “(...) marcados pela ação e organização virtual, eletrônica, cada vez mais desterritorializadas, desencadeada pelos mais diversos atores sociais” (2007, 262).

Apesar de os movimentos sociais terem o objetivo de transformar o Estado sem querer se ocupar dele, Castells alerta que eles correm o risco de se transformarem em *marketing* político por candidatos preocupados em catapultar sua popularidade e transformar as ações do grupo em capital eleitoral (2013, 133). A influência político-econômico também pode resultar no chamado “movimento social esvaziado”, que ocorre quando as lógicas do consumo permeiam a comunicação das causas sociais e acabam por esvaziá-las de seus sentidos originais. Esse fenômeno foi observado no movimento “Nenhuma a menos, Paraíba”, que buscava conscientizar sobre o feminicídio, mas viu seus elementos identitários serem trabalhados de forma panfletária por organizações públicas e privadas (Caju e Maia 2020, 12). Percebe-se que o fator motivador comum no grupo #EmendaAntiPrivilégio, porém, é o da possibilidade de utilizarem o WhatsApp para efetivamente terem uma chance de modificar a realidade social.

Considerações finais

Este artigo buscou observar a dinâmica do grupo de WhatsApp #EmendaAnti-privilégio e o enquadramento das ações dos administradores e usuários de acordo a perspectiva do conceito de Espaço de Autonomia de Manuel Castells, que considera a internet como instrumento central dentro dos protestos deste século, mas que ainda observa como praticamente obrigatório o desembocar dos atos nos espaços urbanos. Os resultados dessa pesquisa apontam que é possível encontrar efetividade nas ações que aconteceram majoritariamente na internet, sem que haja protestos nas ruas e praças das cidades (foram mais de 40 assinaturas em apenas 20 dias de coleta de dados). Acredita-se, portanto, que as conexões e as dinâmicas das novas formas de protestar são um dos desafios que a nova conjuntura comunicativa das redes impõe.

Percebe-se, como relevante para pesquisas futuras, a necessidade de expandir o recorte para mais grupos de WhatsApp que tenham como foco aglutinar esforços para transformar a realidade social, de modo que seja possível ampliar o entendimento sobre

o tema e reforçar a hipótese de que todas as etapas de uma reivindicação possam ocorrer nos domínios da internet, sem prejuízo para a efetividade das manifestações. Uma alternativa dentro do mesmo escopo seria observar a aglutinação de esforços virtuais dentro de plataformas semelhantes, como o Telegram, que consegue angariar ainda mais membros dentro de seus supergrupos. Esse fator ampliatório pode representar um esforço acima do comum para a auto-organização reivindicatória em ambientes virtuais.

Após a observação da faixa etária majoritária e a execução das ações do grupo no ambiente da rede, outro ponto que se percebe relevante para aprofundamento é o de relacionar o corte geracional com os movimentos sociais contemporâneos e buscar entender se e por que os manifestantes da atualidade se sentem mais confortáveis em buscar uma mudança da realidade através de ações virtuais. Pesquisas com questionários e/ou entrevistas para um público mais ampliado podem dar pistas para o entendimento de qual é o significado, para um grupo que já nasceu em um ambiente informatizado, de demonstrar suas insatisfações políticas com a sociedade.

Bibliografia

- Arun, Chinmayi. 2019. "On WhatsApp: rumours and lynchings." *Economic and Political Weekly* 54, no. 6 (February). <https://www.epw.in/journal/2019/6/insight/whatsapp-rumours-and-lynchings.html>.
- Bali, Aasita and Prathik Desai. 2019. "Fake News and Social Media: Indian Perspective." *Media Watch* 10 (3): 737-750. <https://doi.org/10.15655/mw/2019/v10i3/49687>.
- Belair-Gagnon, Valerie, Colin Agur, and Nicholas Frisch. 2017. "The Changing Physical and Social Environment of Newsgathering: A Case Study of Foreign Correspondents Using Chat Apps During Unrest." *Social Media + Society* 3, no 1 (January). <https://doi.org/10.1177/2056305117701163>.
- Bobbio, Norberto. 2009. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Caju, Maria Clara de Sousa e, Lídia Raquel Herculano Maia. 2020. "Marketing social e o esvaziamento de movimentos sociais: o caso da campanha de conscientização "Nenhuma a menos, Paraíba!". Comunicação apresentada no 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação — VIRTUAL. Intercom — Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 10 a 10/12/2020. <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-1971-1.pdf>.
- Castells, Manuel. 2001. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O Poder da Identidade*. Vol. II. São Paulo: Paz e Terra.
- . 2013. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Cristian Cabalin, 2014. "Online and mobilized students: The use of Facebook in the Chilean student protests." *Comunicar* 22, no. 43: 25- 33. <https://doi.org/10.3916/C43-2014-02>.
- Di Felice, Massimo. 2018. *Net-ativismo: Da ação social para o ato conectivo*. São Paulo: PAULUS Editora.
- . 2013. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. *Matrizes* 7, no 2: 49-71. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v7i2p49-71>.
- Einwohner, Rachel L, and Elle Rochford. 2019. "After the March: Using Instagram to Perform and Sustain the Women's March". *Sociological Forum* 34, no. S1: 1090-1111. <https://doi.org/10.1111/socf.12542>.
- Freelon, Deen. 2018. "Computational research in the post-API age." *Political Communication* 35, no 4: 665-668. <https://doi.org/10.1080/10584609.2018.1477506>.
- Resende, Gustavo, Philipe Melo, Hugo Sousa, Johnnatan Messias, Marisa Vasconcelos, Jussara Almeida, and Fabrício Benevenuto. 2019. "(Mis)Information Dissemination in WhatsApp: Gathering, Analyzing and Countermeasures." Communication present in WWW '19: The World Wide Web Conference, New York, NY, USA, May 2019. <https://doi.org/10.1145/3308558.3313688>.
- Kozinets, Robert V. 2014. *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2019. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017 — 2018: Primeiros Resultados*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>.
- Johns, Amelia. 2020. "This will be the WhatsApp election': Crypto-publics and digital citizenship in Malaysia's GE14 election." *First Monday* 25, no 1 (Janeiro). <https://doi.org/10.5210/fm.v25i1.10381>.
- Machado, Jorge Alberto S. 2007. "Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais." *Sociologias*, no.18, 248-285. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200012n>.
- Maros, Alexandre, Jussara Almeida, Fabrício Benevenuto, and Marisa Vasconcelos. 2020. "Analyzing the Use of Audio Messages in WhatsApp Groups." Communication present in WWW '20: The World Wide Web Conference, New York, NY, USA, April 20-24, 2020. <https://doi.org/10.1145/3366423.3380070>.
- Newman, Nic. 2020. "Digital news report — executive summary and key findings of the 2020 report." Reuters Institute for the Study of Journalism. <https://www.digitalnewsreport.org/survey/2020/overview-key-findings-2020>.
- Piaia, Victor, e Marcelo Alves. 2019. "Abrindo a Caixa Preta: análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp." *Intercom — Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* 43, no 3 (set./dez.): 135-154. <https://doi.org/10.1590/1809-5844202037>.

- Ruediger, Marco Aurélio, Carlos Augusto Liguori Filho, Ezequiel Fajreldines dos Santos, Guilherme Kenzo Santos, João Pedro Favaretto Salvador, Rodrigo Moura Karolczak, Tatiane Guimarães, Theófilo Miguel de Aquino, e Victor Doering Silveira. 2019. *Bots e o direito eleitoral brasileiro: eleições 2018*. São Paulo: FGV DAPP.
- Ugarte, David de. 2007. *El poder de las redes. Manual para personas colectivos y empresas abocadas al ciberperiodismo*. Madrid: Ediciones El Cobre.
- Tapscell, Ross. 2018. "The Smartphone as the 'Weapon of the Weak': Assessing the Role of Communication Technologies in Malaysia's Regime Change." *Journal of Current Southeast Asian Affairs* 37, no. 3 (December): 9-29. <https://doi.org/10.1177/186810341803700302>.
- Valenzuela, Sebastián, Arturo Arriagada, and Andrés Scherman, 2014. "Facebook, Twitter, and youth engagement: A quasi-experimental study of social media use and protest behavior using propensity score matching." *International Journal of Communication Networks and Information Security* 8, no. 1: 2046-2070. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/2022/1189>.
- Vasconcelos, Marisa, Erica Pereira, Samuel Guimarães, Manoel Horta Ribeiro, Philipe Melo and Fabrício Benevenuto. (2020). "Analyzing youtube videos shared on whatsapp in the early COVID-19 crisis". Conference presented to WebMedia '20: Brazillian Symposium on Multimedia and the Web São Luís Brazil 30 November 2020- 4 December 2020. <https://doi.org/10.1145/3428658.3431090>.

GERALDO BITTENCOURT

Nota biográfica

Doutorando em Ciências da Comunicação (Especialidade: Cultura Contemporânea e Novas Tecnologias) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/NOVA). Vinculado ao Instituto de Comunicação (ICNOVA) da FCSH/NOVA. Jornalista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Sergipe (IFSergipe), no Brasil.

ORCID iD

[0000-0001-5304-4427](https://orcid.org/0000-0001-5304-4427)

CV

[6F14-DA53-CDBC](https://orcid.org/6F14-DA53-CDBC)

Morada institucional

ICNOVA. Campus de Campolide — Colégio Almada Negreiros. 1099-032 — Lisboa. Morada postal: Av. de Berna, 26 C, 1069-061 — Lisboa, Portugal.

Recebido Received: 2021-04-27

DOI <https://doi.org/10.34619/dlz3-cnOq>

JORGE MARTINS ROSA

Nota biográfica

Jorge Martins Rosa é Professor Associado no Departamento de Ciências da Comunicação da NOVA FCSH e investigador integrado no ICNOVA. Investigador principal dos projetos A Ficção e as Raízes da Cibercultura (PTDC/CLE-LLI/099000/2008, 2010-2012) e PINBook PT: Redes de Participação Política no Facebook em Portugal (PTDC/COM-CSS/28269/2017, 2018-2022).

ORCID iD

[0000-0003-3388-8141](https://orcid.org/0000-0003-3388-8141)

CV

[6D14-EoFB-oEB6](https://orcid.org/6D14-EoFB-oEB6)

SCOPUS

[38162488400](https://orcid.org/38162488400)

Morada institucional

NOVA FCSH, Av. de Berna, 26-1069-061 Lisboa Portugal.

Aceite Accepted: 2021-11-05